

## ***Rede de monitoramento das terras indígenas do Brasil***

Este projeto prevê o monitoramento da situação das terras indígenas no Brasil através de um banco de dados estruturado de forma a permitir uma visão mais ampliada dos problemas que atingem as terras indígenas. Para isto combina-se o estabelecimento de uma *rede de informações*, composta por entidades que já atuam diretamente na questão indígena e na defesa de seus territórios, com o gerenciamento continuado deste um banco de dados, que permita disponibilizar – através da *internet*, publicações e consultas – os dados já consolidados e organizados em mapas, listagens, fichas por terras, etc.. Assim, para além do trabalho fundamental de estruturação de uma *rede para troca de informações* sobre as terras e populações indígenas, pretende-se um *sistema centralizado de informações qualificadas e organizadas e de disponibilização permanente destas*, através do qual seja possível *monitorar* a situação destas terras e das políticas públicas a elas relacionadas, e apoiar trabalhos de análise e defesa dos territórios indígenas.

### **Origens e perfil do monitoramento**

A concepção de monitoramento das terras indígenas aqui proposto é um desdobramento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PETI - Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil - Museu Nacional/UFRJ, onde desde 1985 vêm sendo produzidas análises e avaliações do processo político-administrativo das terras indígenas, além do acompanhamento da situação destas. Como parte destes trabalhos, foi feito um exercício de repensar sistematicamente a eficácia e a metodologia dos instrumentos utilizados no trabalho de acompanhamento das terras indígenas, dada a sua importância política e como base para análise das políticas indigenistas.

Dando continuidade a estes trabalhos, o CETT têm discutido junto a outras entidades uma proposta de banco de dados com o estabelecimento de parcerias para o funcionamento de uma rede de informações que permita a construção de um instrumento mais amplo, dinâmico e confiável, que possa servir e estar a disposição destas entidades e um público mais amplo. Dentro deste perfil foi desenvolvida uma versão do banco de dados com informações sobre as terras indígenas do Nordeste e Leste, que contou com o apoio e participação de entidades e pesquisadores da região, e também vem sendo mantido um banco com os dados referenciais e básicos sobre as terras indígenas de outras regiões brasileiras.

O principal instrumento utilizado para o acompanhamento e análise da situação das terras indígenas no Brasil, eram (e ainda são) as *listagens* das terras indígenas. Contudo, a forma como estão estruturados tais instrumentos e a própria concepção de

*terra indígena* neles embutida, podem levar a uma leitura estática e reduzida, que não permite perceber problemas recorrentes e procedimentos que interferem sobre elas.

Resumidamente, a proposição que se chegou é de que para um efetivo *monitoramento* devemos partir da idéia de que o processo de constituição e manutenção das terras indígenas é fruto de um processo político-social conflituoso, que envolve pressões e acontecimentos locais, regionais e nacionais. Assim, junto ao acompanhamento das propostas oficiais existentes para a definição da terra indígena – mais comum nas listagens existentes e que permitem apenas avaliar a eficácia governamental no processo demarcatório –, deve ser incorporado o acompanhamento de outras propostas de limites acionadas pelos grupos envolvidos, permitindo avaliar a legitimidade e a eficácia local das ações governamentais, as possíveis alterações nos limites das áreas indígenas e os interesses ali colocados. Ainda nesta linha, devem ser observadas as formas de ocupação e aproveitamento econômico do território, as formas de manutenção das terras indígenas, as intrusões da área, os problemas ambientais, situação das áreas do entorno, outras destinações oficiais para tais terras, as políticas públicas que afetem as áreas, etc. e, ainda, os processos judiciais que tenham como objeto a terra indígena. Todas estas variáveis podem interferir diretamente na definição da terra ou na manutenção, forma de ocupação dos índios e reprodução de seu modo tradicional de ocupação que a regularização pretende garantir.

Mais do que uma simples ampliação das variáveis a serem acompanhadas, pretende-se trabalhar com *terra indígena como um conceito mais abrangente*, onde a regularização não seja pensada separada da manutenção, e onde as pressões sejam tomadas como componentes destes. Há casos de áreas já regularizadas, que estão apenas parcialmente em poder dos índios devido a intrusões, ou ainda, áreas que os próprios índios questionam os limites definidos oficialmente, não legitimando-os. Estas situações não são exceções, e portanto devem ser consideradas mesmo nos modelos de apresentação dos dados mais simples, como nas estatísticas e listagens, permitindo análises e leituras políticas distintas do que se tem hoje quando se observa globalmente a situação das terras indígenas.

O resultado deste trabalho permitirá tanto a obtenção de dados em formato de fichas para cada uma das terras indígenas (com mapa, breve histórico, lista de documentos, etc.), como a extração de listagens e de dados parciais e temáticos que permitam avaliar políticas e problemas recorrentes.

Um trabalho de tal porte e alcance, só poderá ser realizado com sucesso através de uma *rede de informações*, que garanta tanto o fluxo de informações locais e regionais, como também a legitimidade e controle necessário ao funcionamento deste instrumento. Trabalhos mais ou menos sistemáticos de acompanhamento da situação das terras indígenas vêm sendo realizados por diversas entidades indígenas ou de

apoio. Estas têm sido preferencialmente as entidades que temos procurado para viabilizar a *rede*, maximizando assim alguns trabalhos já realizados.

Uma das premissas que tem guiado a elaboração deste trabalho é que a de que os dados assim produzidos devem estar permanentemente disponíveis para consulta e até mesmo para a formação, por parte dos parceiros, de bases de dados regionais e temáticas que possam ser agregadas a esta. O acesso e uso não estará restrito apenas aos parceiros e colaboradores, devendo ser ampliado a outras entidades, e, em um formato simplificado, deverá estar disponível também na *internet* para um público mais amplo.

### **Importância do projeto**

Organizada sob os preceitos de ampliação do acesso, da troca de informação e do aperfeiçoamento da concepção de acompanhamento da situação das terras indígenas, a importância deste tipo de instrumento é aqui resumida nos seguintes tópicos:

- publicização dos direitos territoriais indígenas garantidos pela Constituição brasileira, uma vez que os dados sobre as terras indígenas constam precariamente das estatísticas públicas e dos mapas oficiais, e não estão disponíveis de forma organizada e atualizada mesmos nos órgãos responsáveis pela questão indígena, apesar do papel educativo que esta informação tem e da importância que tem para os estudos, planejamento e decisões políticas.
- utilização como suporte e orientação de trabalhos realizados junto aos índios ou por suas organizações e entidades governamentais.
- estabelecimento de um sistema ágil de vigilância das terras dos índios quanto a conflitos, ameaças, intrusões, etc. que possa destacar áreas prioritárias de atuação e de projetos, denunciar ações e sugerir soluções.
- possibilidade de avaliação dos grandes projetos de investimentos e políticas públicas pelo impacto que eventualmente possam produzir nas terras e populações indígenas.
- aprimoramento da intervenção com dados qualificados em tempo político, através de consultas parciais e temáticas ao banco de dados, que permitam projetar possíveis conseqüências e alcance de propostas e decisões tomadas.
- monitoramento de tópicos específicos da pauta governamental e de políticas públicas.

Trata-se assim de um conhecimento estratégico na defesa do território indígena e na mobilização da opinião pública, pela agilidade e capacidade de gerar novas informações sobre novas bases. O uso destes dados estará, é claro, ligado a capacidade e possibilidade de disponibilização destes aos diversos participantes da *rede*.

### Trabalhos necessários

Os trabalhos necessários dizem respeito à viabilização da rede de entidades; coleta, recebimento de informações, checagem e consolidação dos dados; e disponibilização das informações trabalhadas (acesso). Deste modo o projeto global prevê os seguintes módulos inter-relacionados, mas que implicam em trabalhos distintos:

- Estabelecimento e manutenção de uma rede de informação, através de parcerias com entidades locais, regionais e nacionais, para a alimentação do banco de dados e difusão dos dados localmente. (A rede será estabelecida prioritariamente com organizações indígenas, ONGs que atuem junto aos índios e universidades – sem prejuízo da participação de colaboradores isolados –, e terá função de indicar prioridades e formas de uso do material)
- Estabelecimento de um centro para checagem, organização e consolidação das informações obtidas.
- Ampliação, aperfeiçoamento e consolidação do banco de dados sobre as terras indígenas e de troca de informação por via computadorizada.
- Acompanhamento permanente e coleta de informações procedentes da imprensa e das esferas governamentais e parlamentares, que permita a atualização do banco e a informação dos participantes da rede de informações documentais.
- Apresentação permanente de dados sobre as terras indígenas via computador, e através dos meios tradicionais (boletins, publicações e guias), os quais permitem um maior detalhamento de dados e acesso de outros públicos.
- Base para elaboração de mapas que deverão representar e acompanhar os dados sobre cada uma das terras indígenas, tanto pela via computadorizada como nas publicações.

A proposta abre ainda a possibilidade de uma série de subprodutos como boletins das informações coletadas/recebidas, análises temáticas e monitoramentos específicos por temas ou especificidades regionais.

O projeto global prevê a realização e publicação de *atlas* regionais, contendo fichas por terra indígena e avaliações das situações regionais. Estes *atlas* seriam realizados necessariamente junto com parceiros ou futuros parceiros regionais, e com especificidades definidas por estes. Estes tem o sentido de servir de base para o monitoramento das terras da região, facilitando o entendimento sobre a situação de cada terra, e estabelecendo a rede regionalmente, a partir do trabalho conjunto que discuta prioridades e formas de ação. No presente projeto, estes *atlas*, não foram incluídos nos custos, devido as especificidades de cada situação regional, quanto as parcerias e ao estado das informações. Preferimos então que estes *atlas*, que são parte

do projeto global, sejam negociados caso a caso e em convênios definidos com parceiros regionais, onde se detalhe a forma de participação de cada entidade.

### **Participação das entidades na Rede**

Por combinar um sistema de monitoramento com informações qualificadas com uma rede de informação, a discussão da distribuição dos trabalhos e do envolvimento das entidades terá que ocorrer de forma permanente. O sistema de monitoramento tal como desenhado exige que os dados sejam uniformizados, checados e consolidados. Isto, combinado com o fato de se trabalhar com informações documentais e orais, locais e nacionais, requer que a informação seja centralizada evitando-se duplicações e dados concorrentes. As entidades parceiras seriam então repassadoras de informações locais e referência para a checagem e detalhamento de informações coletadas em documentos e periódicos. Os parceiros direto da rede receberiam de volta as *informações organizadas* sobre as terras que permitam cruzamento de dados, obtenção de listagem e fichas de terra. As informações que serviram de base ao preenchimento do banco de dados de monitoramento, circulariam apenas entre os parceiros diretos.

O projeto não prevê assim recursos para os participantes da rede, mas para o trabalho de viabilização desta e de coleta/consolidação de informações sobre as terras indígenas. De início pretende-se priorizar o trabalho com aquelas entidades que já realizam o acompanhamento das terras ou tem interesse neste, potencializando e uniformizando um trabalho já realizado. O custo de montagem de *bases* regionais tornaria o projeto inviável em seu início. Esta possibilidade poderá ser discutida na elaboração dos *atlas*, que poderá incluir tópicos, não considerado na escala nacional, a serem monitorados regionalmente pelas entidades regionais somando-os à base da Rede.

### **Fase atual**

Atualmente o CETT conta com uma banco de dados estruturado e com uma base de dados detalhada para o Nordeste e com dados básicos para as outras regiões do país (há cerca de 100 fichas por terra preparadas no âmbito do PETI ou CETT junto a outras regiões, que no entanto precisam ser atualizadas ou retrabalhadas). Além disso contamos com um acúmulo não só de dados, mas de preparação técnica e metodológica. A dinâmica do trabalho de monitoramento tal como estabelecido pressupõe, no entanto, uma estrutura de pessoal qualificado que possa trabalhar continuamente as informações recebidas e coletadas e, de outro lado, estabelecer novos contatos para aquecimento e ampliação da participação na rede. Tanto o trabalho com a informação como o de montagem da rede exige basicamente

*continuidade*. Esta continuidade permitirá o estabelecimento de bases mais seguras de dados e de checagem de informações.

Uma vez que já dispomos de uma boa base de dados, a disponibilização dos dados sobre as terras indígenas ocorrerá desde o início do trabalho. Garante-se deste modo a apresentação dos dados desde a fase inicial do projeto, permitindo também que a *Rede* seja conhecida e os dados e sistema sejam avaliados pelos parceiros e usuários. Contudo a previsão para a *consolidação* da rede de monitoramento é de três anos, garantindo-se neste período que *todas as terras* já estariam trabalhadas (com mapa, histórico, lista de documentos etc., devidamente preenchidos e checados) e em condições plenas de serem monitoradas, período suficiente também para que o sistema como um todo esteja em pleno funcionamento. Nesta situação seria possível extrair fichas de dados para todas as terras indígenas, numa espécie de *atlas permanente*.

### **Custos**

Os custos com o projeto envolve, de um lado a articulação da rede, cujos gasto principal é o de viagens e reuniões. De outro lado, temos os gastos específicos com a informação: coleta de dados, checagem/consolidação das informações, aperfeiçoamento do sistema e apresentação dos dados. O custo básico no trabalho de informação envolve principalmente pagamento de pessoal técnico, equipamento e custos de operação. O CETT dispõe de parte dos equipamentos e local para o funcionamento. Para o primeiro ano, considerada a fase de implantação do sistema, tal como desenhado atualmente pelo CETT, e para contatos de articulação da rede foi levantado um orçamento de US\$ 200,000. Os custos do funcionamento e operacionalidade da rede, depende contudo das exigências que a própria rede colocar e será avaliado no final do primeiro ano junto aos parceiros.

Endereço para correspondência:

**CETT - Centro de Estudos sobre Território e Populações Tradicionais**  
Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro - Brasil  
CEP 22211-230 - Tel.: 2246713 / Fax 221.3016  
Email: cett@ax.apc.org

Coordenador do projeto: Jurandyr Carvalho Ferrari Leite